

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO JEQUITINHONHA: CONSTITUIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS DURANTE O SÉCULO XX

Tomás de Faria Balbino¹
Simone de Faria Narciso Shiki²
Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro³

Área Temática: 3. História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

Resumo

O Vale do Jequitinhonha teve no século XX um período marcado por profundas transformações. Se numa parte do século tem-se a consolidação de inúmeras relações e práticas voltadas para a reprodução social, noutra tem-se um processo de supressão e destituição dessas relações e práticas. Por isso, pela categoria dos meios de vida e sua relação com o conceito de economia substantiva, este trabalho se propõe a uma análise histórica da formação econômica territorial da região durante o século XX, destacando a dinâmica dos meios de vida nesse processo e as transformações econômicas expressas nesses movimentos.

Palavras-chave: meios de vida, economia substantiva, desenvolvimento regional, Vale do Jequitinhonha

The Jequitinhonha Valley had a period marked by profound transformations in the 20th century. If in one part, a possibility of transformation and a possibility of reproduction and practices. Therefore, through the category of livelihoods and its relationship with the concept of substantive, this work on economics is projected to a historical analysis of the economic formation of the region during the 20th century, making the dynamics of livelihoods in this process and as transformations express these movements.

Keywords: livelihoods, substantive economy, regional development, Jequitinhonha Valley

Introdução

¹ Doutorando em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG)

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João del Rei (PGDPLAT/UFSJ)

³ Professor no Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais

O século XX é marcado por mudanças estruturais na sociedade moderna e no curso do sistema capitalista. No Brasil, uma relevante dimensão dessa mudança se dá pela modernização (conservadora) do campo, gerando significativa transformação na estrutura fundiária, nas relações sociais e na produção de alimentos, e que tem no Vale do Jequitinhonha Mineiro um importante *lócus* dessas transformações. Na região, o século XX representa um período de formações e rupturas significativas na sociedade, na cultura e na economia. Esses processos são definidores das características socioeconômicas que constituem a região no século XXI, e estão expressos nas transformações que ocorreram nos meios de vida das famílias rurais do Jequitinhonha. Portanto, esta análise histórica busca compreender os processos econômicos e sociais que ocorreram na região, ao longo do século XX, a partir da perspectiva dos meios de vida (CANDIDO, 2017), em especial das famílias rurais. Neste contexto, a categoria dos meios de vida serve como uma representação da economia, quando analisada em seu sentido substantivo (POLANYI, 2012), o que permite uma análise sistêmica do fenômeno econômico, a partir de dimensões culturais e ecológicas.

A categoria dos meios de vida, definida por Candido (2017), é um conceito central nesta análise histórica. Pela definição do autor, a categoria dos meios de vida engloba a existência de necessidades humanas, existindo também materialidades (relações com a natureza) e sociabilidades (organização social) responsáveis por suprir essas necessidades. É uma categoria que remete ao vínculo entre o humano e a natureza, responsável pelo equilíbrio entre a satisfação das necessidades humanas, os recursos disponíveis e as relações que as organizam. É também uma categoria processual, de constantes mudanças, sendo alterada na medida em que as necessidades são renovadas e multiplicadas, transformando os vínculos entre o humano e a natureza.

Com base nessa definição, entende-se que os meios de vida se configuram uma dimensão representativa da economia substantiva, tal como propõe Polanyi (2012). A definição de economia substantiva se contrapõe ao sentido da economia de mercado. Enquanto o sentido de mercado se volta para a obtenção do lucro, o sentido substantivo da economia se fundamenta na subsistência humana, sendo definida como o processo de relação institucional entre seres humanos e seu entorno (meio social e natural) para a satisfação das necessidades materiais, cujo resultado é um contínuo abastecimento dos meios materiais necessários à satisfação das necessidades (Polanyi, 2012). Diferente da concepção econômica de mercado, a noção substantiva abarca uma dimensão ética, de que a economia deve prover as condições materiais diretas e indiretas para satisfazer as necessidades de todos os membros da sociedade; e uma dimensão política, em que os membros envolvidos na organização econômica definem, coordenam e planejam suas integrações econômicas, não sendo coagidos a participar das negociações de mercado para prover sua subsistência (CORAGGIO, 2014).

Pela definição de Coraggio (2014), segundo quem a concepção substantiva da economia está associada a uma racionalidade da reprodução da vida, não à maximização de lucro, é possível interpretar os meios de vida como uma dimensão categórica que antecede a reprodução da vida, seja ela simples – voltada para a subsistência – ou ampliada – voltada para a estrutura da qualidade de vida. Por essa análise, a reprodução da vida se associa, em um primeiro momento, à subsistência e, posteriormente, à qualidade de vida. A subsistência e a qualidade de vida são os *fins* desejáveis de toda atividade humana, sendo a categoria dos meios de vida uma representação dos *meios* pelos quais esses objetivos são alcançados. Sendo assim, os meios de vida representam as formas pelas quais as pessoas garantem a dimensão material inerente à reprodução da vida, resgatando a compreensão ética de que a economia deve ser entendida como um *meio*, não como o *fim* em si (SEN, 1999).

Portanto, a análise em torno dos meios de vida nos permite compreender as variações em torno do equilíbrio entre necessidades e recursos, isto é, como a dinâmica

dos meios de vida em um determinado momento histórico e/ou determinado território joga luz à impossibilidade de correlacionar as necessidades e a satisfação. Isso permite a seguinte interpretação: uma crise resultante da impossibilidade de correlacionar as necessidades e a satisfação nos aponta para uma crise nos meios de vida, ou seja, há um desequilíbrio social, um arranjo de meios de vida que não é capaz de satisfazer as necessidades.

Por fim, imbuído de sua característica processual, os meios de vida expressam as dinâmicas econômicas a partir de um ponto de vista territorial, no sentido de compreendê-las pela formação social do espaço analisado, ou como define Reis (2005), a partir da genealogia dos processos, da sua origem. A perspectiva territorial denota aos meios de vida um alcance transescalar (BRANDÃO, 2012): ainda que a categoria se volte para uma representação da economia no nível local e regional, os impactos das atividades globais também alcançam os meios de vida, sendo passíveis de interpretação diante de mudanças macroeconômicas. Na análise regional, essa característica auxilia na difícil compreensão da capilaridade dos processos históricos e da experiência concreta, presente na história de cada território, comunidade e indivíduo. Apesar de ser impossível captar todos os fatores envolvidos na construção da realidade, os meios de vida ajudam a identificar padrões que diminuem o risco de cometer erros anacrônicos no decorrer da análise histórica, contribuindo com a identificação de uma linha tênue que permita não cair em um reducionismo que seja danoso à compreensão de um tempo e um lugar (CUNHA *et al.*, 2008).

2. Meio século XX: a constituição dos meios de vida em torno da ocupação da terra

No caso do Vale do Jequitinhonha, a diversidade nos processos e movimentos que se construíram no espaço, com distinção de tempo e formas, configurou a formação de diferentes territórios, aqui denominados como Alto Jequitinhonha e Baixo Jequitinhonha⁴. Um fator preponderante para compreender as características dos meios de vida inseridos no Vale é a diversidade que a região possui em sua natureza física. Isto, pois, como bem retrata estudos sobre a região (RIBEIRO *et al.*, 2013a), o Vale do Jequitinhonha é marcado pela diversidade ambiental, com biomas do Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga, espalhados por capões, chapadas, grotas, capoeiras e matas, formando uma diversidade ainda maior de climas e paisagens. Isso configurou uma formação territorial diversificada, com particularidades de cada localidade e com formas de reprodução social baseadas nas características naturais de cada meio, constituindo diferentes meios de vida entre pessoas e localidades na região.

Outro fator a ser considerado é que a constituição dos meios de vida está diretamente atrelada a um complexo histórico que associou a ocupação do espaço às atividades econômicas ali desenvolvidas e, também, às relações sociais construídas. É possível identificar essa formação sociocultural por uma visão voltada para a influência da mineração, pecuária, silvicultura e lavoura, assim como pela influência das relações construídas pelo regime de escravidão, regimes de parceria em pequenas posses e sítios, pelo agrego, pela relação de trabalho assalariado e pela produção rural de base familiar. Essas atividades e relações sempre foram interdependentes, sendo o meio rural o ponto em comum e a base para a compreensão histórica da formação territorial.

⁴ Divisão feita com base na história, cultura e estrutura fundiária. Alto Jequitinhonha geralmente é situada na porção do vale acima da foz do rio Araçuaí, formada pelo complemento de grotas - onde ficam os sítios, casas e lavouras dos lavradores⁴ da região - e chapadas - ocupadas por eucaliptais de grandes empresas ou servindo de área comum para os camponeses da região, que a usam para criação de gado na solta e coleta de recursos. O Baixo Jequitinhonha está ao leste, na área de Mata Atlântica, formada por morros, baixadas e boqueirões - que são as sendas entre os morros que abrigavam matas e se tornaram pastos para a pecuária na região (Ribeiro *et al.*, 2013a)

Analisando o período anterior ao século XX, ainda no século XVI, há registros das primeiras tentativas de conquista do território, com diversas expedições de aventureiros que saíam do litoral e, posteriormente, de outras regiões do país, desbravando o sertão mineiro na expectativa de encontrar riquezas (SOUZA, 2010). Além disso, antes das primeiras invasões expedicionárias havia uma população indígena no local, que construiu uma cultura, relações humanas e interferiu na formação do espaço físico, que às vezes se confunde com o natural. Os registros de viajantes do século XVIII apontam para uma população indígena diversificada, com a presença das tribos Macuni, Camaxó, Maxacali, Capoxó, Malali, Penhame e Aimorés, em especial na parte da Mata (RIBEIRO, 1997).

Tendo em vista essas considerações, verifica-se que o primeiro grande momento de povoamento da região se deu com a mineração, sendo a principal causa das primeiras ocupações no Vale do Jequitinhonha e o princípio da formação territorial do Alto Jequitinhonha, já no século XVIII. Com a descoberta de minas de diamante e ouro nesse período, quase toda área de onde hoje se encontra o Alto Jequitinhonha foi demarcada pela Coroa Portuguesa como o Distrito Diamantino, sendo controlada por décadas o regime de pessoas, cargas e negócios. O rápido crescimento demográfico da região gerou uma série de atividades correlatas necessárias à reprodução das áreas mineradoras, com destaque para o plantio de lavouras e sua oferta de mantimentos para a região. O resultado da “economia da mineração” pode ser visto como um processo contraditório, marcado pela abundância e enriquecimento daqueles que lavravam ouro e diamantes e pela escassez de mantimentos por parte da população que não se beneficiava da atividade. A riqueza que se gerou no período serviu para sustentar e enriquecer a Coroa Portuguesa, o contrabando durante o auge da produção e o garimpo privado no momento posterior, gerando assim poucas vantagens para a região como um todo (RIBEIRO *et al.*, 2013a).

É no início do século XIX que o Vale do Jequitinhonha “veio se abrir para o mundo” (RIBEIRO *et al.*, 2013a, p.28). Como apontam Ribeiro *et al.* (2013a), no período, viajantes estrangeiros passaram a se destinar à região com interesses voltados para as minas do Alto Jequitinhonha e para o conhecimento da política imperial voltada para a “civilização” de indígenas na área do Baixo Jequitinhonha. Esse período de transição também se associa à extinção do regime de sesmarias e à ausência de outra legislação reguladora, o que provocou uma rápida expansão dos sítios de pequenos produtores pelas terras devolutas em todo Brasil. Associado à decadência da mineração, esse processo intensificou a ocupação de áreas rurais na região, por grandes fazendas e pequenos sítios, e se dava pela livre posse da terra por parte daqueles que se instalavam e produziam no local. Os relatos dos viajantes apontam para a decadência das minas, a ocupação do solo e a guerra dos colonos contra indígenas e os recursos naturais, processo observado no Baixo Jequitinhonha (RIBEIRO *et al.*, 2013a).

A partir do século XX, e enraizadas nessa formação, as relações sociais construídas no campo marcam um importante momento de constituição dos meios de vida da população rural, o que se dá em torno da ocupação da terra. A mistura de povos de diferentes origens, juntamente com a necessidade de transformar os recursos da mata em bens e insumos para a reprodução ao longo da fronteira, fez com que diferentes técnicas de extração, cultivo e transformação do meio fossem formadas e reproduzidas na região, gerando uma configuração sociocultural própria entre os territórios. A ocupação marcada pela interação entre migrantes e nativos, terras novas e férteis, extração, lavoura e pecuária, a relação entre o homem e a terra se tornou o objeto central da formação territorial e da constituição dos meios de vida das famílias. Como apresenta Ribeiro (1997), o entendimento da história da estrutura fundiária e, posteriormente, do negócio da terra é fundamental para a compreensão das relações sociais construídas e reproduzidas, dos costumes e direitos de uso que se formaram no espaço.

A Lei de Terras, em 1850, estabeleceu que as terras apropriadas seriam de posse do governo, tendo seu controle transferido às pessoas por meio da compra e venda, atribuindo um caráter mercantil à terra e sua categorização como propriedade privada capitalista. Em contrapartida, o dinheiro arrecadado pelo Estado seria para financiar a vinda de colonos europeus para as terras brasileiras (MARTINS, 2010). As mudanças geradas pela Lei de Terras foram significativas para a transformação do meio rural brasileiro após o século XIX. Diante de um processo em que a mão-de-obra escrava era erradicada, tornando o trabalho “livre”, a Lei configurou que todas as terras fossem escravizadas - como caracteriza Martins (2010) - pelo regime de propriedade privada, e não mais livre, baseada em seu direito de uso. Isso significa que a riqueza do fazendeiro, que antes se materializava nos escravos, passou a ser valorizada a partir das fazendas e terras. Desse modo, o trabalho livre ganha força justamente porque o domínio não se dava mais pela obrigação do trabalho, mas pela terra, tornando o domínio da terra a forma de explorar a força de trabalho. Nesse sentido, o domínio da terra refere-se a uma condição para o domínio dos homens, do trabalho e das atividades políticas dos abastados da grande posse da terra (SILVA,1980; MARTINS, 2010).

A compreensão dessa lógica por trás da posse da terra é central para o entendimento das relações e das transformações sociais, que se dão no Vale do Jequitinhonha, ao longo do século XX. Na região, a pecuária e a lavoura foram as atividades que marcaram o período pós-mineração, o que fez com que o impacto mercantil da Lei de Terras se desse de maneira tardia, em meados do século XX. Antes disso, durante o período que compete à transição do século XVIII para o século XIX, a decadência das minas fez com que diferentes formas de organização social se firmassem na região em associação à pequena produção alimentar, que já havia se desenvolvido às margens da mineração.

No período, as cidades se consolidaram a partir de fortes relações com um rural diversificado e geograficamente disperso, por meio de uma dinâmica comercial entre mantimentos, manufaturas e especiarias. Como grande parte da população estava nas áreas rurais, existia uma grande diversificação de atividades nesses espaços, como: a agricultura; a extração de recursos naturais, entre remédios, lenha e madeira para construção; e criação de animais, que abasteciam as modestas demandas das cidades. Em contrapartida, a principal atividade das cidades era a venda de produtos, como especiarias e manufaturas para uma populosa sociedade rural. A formação das cidades também representou um importante processo histórico para o desenvolvimento cultural e para os sistemas de comunicação da região (RIBEIRO, 1997).

Desse modo, a perda de importância da mineração e o declínio da escravidão geraram, em um primeiro momento, uma agricultura autárquica de base familiar nas áreas do Alto Jequitinhonha, por meio de terras livres nas proximidades dos rios, caracterizando uma ocupação baseada nos princípios econômicos da domesticidade. A ocupação se deu, principalmente, pelo apossamento de áreas nas grotas e a fixação dos sítiantes, que eram livres em seus domínios. Ainda no século XIX, com o esgotamento de áreas livres e agricultáveis no Alto Jequitinhonha e as recorrentes secas, o processo de ocupação passou a ir em direção às matas ao leste, representando um momento importante na formação territorial do Baixo Jequitinhonha, ganhando força nos anos de transição do século XIX para o XX. Enquanto o território do Alto Jequitinhonha foi formado pela reprodução de pequenos sítiantes que se instalavam nas poucas áreas agricultáveis disponíveis nas grotas, no território do Baixo, os lavradores e posseantes não tinham o costume de fixarem na terra, buscando sempre as terras agricultáveis na imensa mata em descoberta. Porém, foi por meio da ocupação do espaço e dos recursos, com a feitura de lavouras e criação de gado, que grande parte do território do Baixo Jequitinhonha se formou, resultando, ambas, nas formações das fazendas que garantiam o domínio da terra (RIBEIRO, 1997; MOURA, 2019).

Em um segundo momento, a partir da primeira década do século XX, o esgotamento de terras livres e agricultáveis fez com que as terras geridas por convívios partilhados de posse e uso passassem a caracterizar a formação territorial da região, tornando as relações sociais do campo fortemente marcadas pelo regime de agrego. A agregação se tornou um sistema de relação de trabalho muito forte na região, principalmente no Baixo, o que configurou a organização da sociedade rural do Vale do Jequitinhonha. O regime de agrego ou agregação é uma “relação de morada de uma família na fazenda”, na qual o agregado se instala a partir de um “pedido de morada”, devendo-se assim o “desempenho de tarefas para o fazendeiro” (MOURA, 2019, p.99). Ribeiro (1997) indica que as origens e características dos agregos na região vão ao encontro das características físicas e históricas de cada localidade, tendo como início e fim as contradições que apareceram na ocupação da mata e na estrutura fundiária da região. Os índios trocaram a liberdade das matas pela fartura das lavouras de mantimentos, e, os migrantes, que não encontravam mais terras agricultáveis disponíveis na fronteira da mata e que também fugiam das secas do norte de Minas e do sertão baiano, encontraram no agrego uma forma estável de garantia de alimentos e moradia. Ribeiro (1997) menciona que as trocas de obrigações e certas dependências entre os envolvidos na relação não condicionava ao agregado o status de empregado, mas sim a de um camponês interno à fazenda. A condição de agregado era representada exclusivamente pela figura masculina, além de não ser permitido transferir a condição para outra pessoa, sendo permitido ter sua moradia junto à sua família na propriedade da fazenda, extrair alimentos e recursos do ambiente e, principalmente, derrubar a mata para fazer lavouras (RIBEIRO, 1997; MOURA, 2019).

Ainda que existam características sistêmicas que permitam identificar a dinâmica desse regime, as relações criadas foram distintas, com mistos de subordinação e autonomia, mobilidade e fixação (RIBEIRO, 1997). No Alto Jequitinhonha, com a menor disponibilidade de recursos e terras agricultáveis, o agrego se originou da herança entre filhos. Sendo pequenas glebas de terras para um número grande de filhos, a apenas um filho era destinado o domínio da terra, sendo conhecido como sistema de herdeiro único. Os outros membros da família ou partiam em busca de terras livres nas matas do baixo Jequitinhonha ou então viviam na condição de agregado até o momento em que o filho herdeiro permitisse. No Baixo Jequitinhonha, ainda que o ambiente tenha sido o principal fixador do lavrador agregado na terra, a pecuária e a lavoura fizeram com que as fazendas se tornassem importantes instituições políticas e econômicas no período, ocupando um lugar central de domínio no sistema de agregação. Segundo Ribeiro (1997), os camponeses ocupavam terras que de certa forma eram pré-determinadas pelas fazendas agropastoris, Terras menos férteis, com dificuldades topográficas e locais, foram o que no geral restou às pequenas posses e sítios⁵. Nesse sentido, as áreas de reprodução do campesinato do Vale do Jequitinhonha se estabeleceram onde “a fazenda na maior parte das vezes não quis ir, não pode ir, onde foi, mas não prosperou porque não instituiu herdeiros únicos, ou, finalmente, onde a extração da terra não permitiu uma acumulação patrimonial mais extensa, como em quase todo alto Jequitinhonha” (RIBEIRO, 1997, p.107).

São processos que refletem as diferentes dimensões de poder que se estabeleceram em torno da instituição que se tornou a fazenda. Os estudos de Ribeiro (1997) mostram que as diferentes relações de poder estavam sustentadas no controle da terra, o que unia o poder econômico ao poder político, uma vez que os representantes e chefes políticos eram fazendeiros fortes da região. Nesse contexto, o poder se estruturava em uma escala

⁵ A forte característica de mobilidade dos sítiantes, marcada por poucos registros e por uma população que não sabia ler nem escrever, fez com que tal presença não aparecesse nos escritos históricos da região, sendo identificado com mais vigor a história dos agregados, que em decorrência da próxima relação com as fazendas, tiveram sua trajetória registrada (RIBEIRO, 1997).

local e com características oligárquicas restringidas à área de uma paróquia, fazendo com que existisse uma relação de domínio natural, que se dava pela doação e compartilhamento de terras para a produção, sem a presença e atuação de instâncias superiores do poder público e político (RIBEIRO, 1997).

Portanto, pode-se observar que a relação de agrego é uma maneira de compreender como se constituíam os meios de vida dos camponeses da região, na primeira década do século XX. Como afirma Moura (2019, p.64), “a agregação é a relação de moradia de uma família na fazenda, implicando a produção direta dos meios de vida para o agregado”. O que se observa é que o agrego marca um regime em que o grupo social dos camponeses, quando subordinados ao fazendeiro, tinham o acesso aos meios de vida controlado por este, ou seja, a sujeição à posição de dominado em uma relação de poder se mostrava uma condição necessária para garantir acesso a recursos e ativos básicos. Por outro lado, Ribeiro (1997) afirma que o principal vínculo do agrego não foi com a fazenda nem com o fazendeiro, mas sim com a natureza. Além do regime de agrego representar um espaço de relações sustentadas pelo domínio da terra e conseqüente poderio político, a permanência do camponês na região se dava de acordo com a disponibilidade de terras agricultáveis, o que aponta para outra característica da relação entre o campesinato local e seus meios de vida: a disponibilidade e sustentabilidade de recursos naturais que prendiam o camponês à terra. Os ciclos de lavouras marcados pela derrubada-queima-plantio-pouso e pela roça de toco⁶, no Baixo Jequitinhonha, fez o regime de agrego ser fortemente caracterizado pela mobilidade no espaço, com uma instabilidade espacial advinda da relação com o fazendeiro ou da estabilidade de fartura garantida pela sua produção. Devido a sua característica de rotação e recuperação, o sistema garantia a recuperação natural da fertilidade de um espaço de terra, tendo na vegetação, no clima e no regime hídrico os fatores que impactam no tempo de recuperação (RIBEIRO, 1997).

Portanto, é possível observar que os meios de vida do campesinato do Vale do Jequitinhonha ganham formas na medida em que a atividade econômica e as relações sociais construídas impõem limites ou permitem a expansão das diferentes formas de organização da população rural da região. Os meios de vida da agricultura familiar, como definida contemporaneamente, apresentam forte influência e uma rica herança dos regimes de trabalho e dos sistemas agrícolas que foram construídos na formação territorial da região da primeira metade do século XX.

3. Desenvolvimento e modernização do campo no Vale do Jequitinhonha: as mudanças da segunda metade do século XX

O interesse nas discussões e políticas em torno do desenvolvimento na região do Vale do Jequitinhonha ganhou força, a partir da segunda metade do século XX. No meio rural, o desenvolvimento passou a ser visto como um processo de modernização produtiva, associado à industrialização das atividades agrícolas, que antes eram vistas como arcaicas e obstáculos para o desenvolvimento rural e industrial brasileiro. Buscava-se superar o conservadorismo rural representado pela figura das fazendas, com baixa produtividade e baixos lucros, segundo as bases da visão reformista. Nesse período as modificações no meio rural brasileiro foram intensas, marcadas pela chegada das máquinas no campo, adubos químicos, sementes modificadas e ocupação em vegetações antes vistas como pouco produtivas.

⁶ Um dos principais - se não o principal - sistema agrícola que vigorou durante décadas entre os pequenos lavradores da região com pouca ou nenhuma terra própria para plantio, sendo grande responsável pela ocupação e mobilidade espacial da região

No Vale do Jequitinhonha, a “Revolução Verde” nos anos de 1970 representou mudanças explícitas nos recursos e estratégias em torno dos meios de vida das famílias camponesas. A industrialização do campo, o crédito subsidiado e cessão de terras, a nacionalização dos mercados, as mudanças nos níveis de preços e na estrutura produtiva e as consequências diretas no preço das terras da região foram os movimentos resultantes das ações políticas instauradas. Como fins desse processo se tem o aumento do conflito sobre a terra, a decadência dos regimes sociais - como o agregado -, a ocupação de áreas comuns fundamentais para a reprodução camponesa da região, a deterioração das fontes de água e o fortalecimento da migração no campo. Nesse sentido, a segunda metade do século XX representa um ponto de inflexão no desenvolvimento da região, marcado pela transformação dos meios de vida das famílias rurais.

5.3.1 A mecanização do campo no Vale do Jequitinhonha

As transformações que ocorreram no Vale do Jequitinhonha, após a década de 1970, passam pela perspectiva presente nos diagnósticos e planejamentos voltados para o desenvolvimento econômico e na concretização desses diagnósticos em ações políticas. As perspectivas de planejamento econômico e regional, que se estabeleceram em meados do século XX, se pautaram na ideia de homogeneizar o tecido regional brasileiro com foco na modernidade e no progresso de regiões menos dinâmicas. Como apresenta Ribeiro (1997), a perspectiva regional que ganhou força no período da ditadura militar buscava regionalizar o território brasileiro com base em comparações inter-regionais, tendo como orientação para o desenvolvimento de regiões pobres o progresso observado nos centros dinâmicos do país.

No Vale do Jequitinhonha, os primeiros diagnósticos apontavam para um vazio econômico na região, ignorando a estrutura fundiária e as formas de reprodução camponesa ali existentes. A Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), criada em 1964, realizou os primeiros diagnósticos, que apresentaram a existência de um baixo padrão de vida da população devido ao acesso restrito ao consumo de bens e serviços e de uma infraestrutura voltada para a agropecuária, o que para a comissão representava o maior obstáculo de desenvolvimento da região. Instaurada por políticos locais e submissa ao governo de Minas Gerais, a Comissão apontava para a modernização da região como caminho para o desenvolvimento.

Essa visão foi responsável por uma rotulação da região, que tem vigorado por décadas, e que a caracteriza como um espaço marcado pela miséria da população rural, que convive com a seca e com escassez de bens e recursos. Entretanto, observa-se que essa análise corresponde a uma incompreensão da realidade do Vale do Jequitinhonha, na qual apresenta características que extrapolam os limitados parâmetros econômicos considerados nos diagnósticos.

Desconsiderando a situação camponesa, o governo através de suas agências representativas caracteriza a região como “Vale da Morte”, da “pobreza absoluta” etc., falsificando a realidade com o propósito de justificar um projeto econômico-social próprio para a região. Mediante o desígnio de “pobreza absoluta” justificam-se as transformações implantadas pelas empresas capitalistas, amplamente subvencionadas pelos governos estadual e federal (GRAZIANO *et al.*, 1983, p.87)

Os principais esforços políticos voltados para o desenvolvimento da região se materializaram nas políticas de modernização do campo. Ainda que tenham atingido todo o meio rural brasileiro, essas políticas apresentaram resultados desiguais, com impactos extremamente distintos entre produtos e regiões. O capital agrário não se expandiu de forma similar por todo espaço, uma vez que se deparou com formas específicas de organizar a produção, o trabalho e apropriação da terra na diversidade de territórios pelo

Brasil, como pode ser bem visto na própria região do Vale do Jequitinhonha ao apresentar distinções entre as áreas do alto e do baixo Jequitinhonha (RIBEIRO, 1997).

A nacionalização dos mercados é uma das dimensões que geraram transformações nos meios de vida da região. Por um lado, a nacionalização fez com que novos bens de consumo e produção chegassem à região e resultasse em significativas mudanças nos hábitos regionais, sendo recorrente a presença de bicicletas, relógios, rádios e roupas na região, bens que antes eram raramente vistos (RIBEIRO, 1997). Por outro, comprometeu uma das principais estratégias dos meios de vida da população rural: a comercialização de alimentos no mercado local. Com a unificação dos mercados nacionais, em um contexto de aumento da produtividade do campo, os preços dos alimentos, antes produzidos nas lavouras de mantimentos, caíram fortemente, perdendo toda a competitividade diante de alimentos produzidos em larga escala em outras localidades do estado (RIBEIRO, 1997). Boaventura de Castro (2019), técnico e produtor da região, relata que a Revolução Verde “roubou” o mercado de alimentos regional que era sustentado pela produção familiar local. Nessa nova era, o queijo, a rapadura, a banha de porco comercializada pela agricultura familiar passaram a ser vistos como “perigosos”, sendo que a produção de fábrica e da lavoura mecanizada, como o óleo de soja, seriam as alternativas seguras trazidas pela modernização do campo.

O estímulo do governo federal também é uma importante característica desse processo, sendo fundamental para a concretização da modernização do campo que se instituiu na região (SILVA, 1980). As políticas federais de fomento à modernização do campo se basearam em subsídios de impostos em capital, como os incentivos fiscais por meio de descontos de até 50% no imposto de renda concedido à pessoas físicas e jurídicas que investissem no reflorestamento da região; subsídios de crédito por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); e políticas fundiárias por meio da cessão de terras devolutas (CALIXTO, 2006). No Vale do Jequitinhonha, junto aos estímulos federais, a Codevale atuou com a intenção de fornecer crédito, criar programas de apoio às atividades agropecuárias da região e garantir um cenário propício para a chegada de novas atividades e para o fortalecimento das fazendas pecuárias da região.

No território do Baixo Jequitinhonha, a tentativa de especialização produtiva se deu com mais intensidade na pecuária, por meio do melhoramento genético do gado zebu. Contudo, a tecnificação da prática produtiva da agropecuária pouco alcançou as fazendas e os camponeses da região. O crédito veiculado pela Codevale não representou em quase nada mudança significativa no sistema de produção das fazendas, não apresentando sistematicidade e atingindo uma pequena parcela da organização local representada por fazendeiros. Por outro lado, na área do Alto Jequitinhonha os impactos da modernização se deram com grande força nas áreas de Cerrado das chapadas. Como discute Shiki (2000), o bioma do Cerrado representou o principal espaço de expansão das atividades estimuladas e potencializadas pela mecanização do campo e pela especialização produtiva, como soja, milho e carne bovina. Com uma boa adaptação às características do bioma, como clima, solo e disponibilidade de água, e com o avanço da globalização nas décadas finais do século XX, a produção agrícola do Cerrado tornou-se praticamente dependente do sistema agroalimentar mundial, dominado por grandes empresas transacionais que comandam quase toda cadeia produtiva (SHIKI, 2000).

No caso das áreas de chapada do Vale do Jequitinhonha, definiu-se que a vocação produtiva daquela região de Cerrado era o reflorestamento de eucaliptos. Além das questões da geografia física do local, o estímulo da silvicultura esteve diretamente relacionado ao crescimento industrial do Brasil que, naquele período, tinha a siderurgia como um dos principais setores da industrialização nacional, principalmente, por ser responsável pela produção de bens duráveis. Como Minas Gerais detinha uma parcela significativa das indústrias siderúrgicas, os governos federal e estadual buscaram ter em solo mineiro o principal insumo do setor, nesse caso, o carvão vegetal (CALIXTO, 2006).

Como apresenta Calixto (2006), o fortalecimento da indústria siderúrgica fazia parte da Doutrina de Segurança Nacional, baseada na concepção da Escola Superior de Guerra (ESG). A concepção que existia por trás da perspectiva de desenvolvimento do governo militar era que o país deveria nacionalizar a produção e se tornar autossuficiente dos insumos necessários para isso. A siderurgia tinha um campo de destaque, tendo um plano governamental voltado para sua expansão: o Plano Siderúrgico Nacional (PSN).

Junto às ações da Codevale e aos incentivos federais que já funcionavam como estimulantes para a chegada de empresas reflorestadoras na região, as políticas do governo de Minas Gerais, operacionalizadas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), também foram fortes incentivadoras desse processo, o qual, com o objetivo de territorializar os incentivos fiscais fornecidos pelo governo federal, fortaleceu a cessão de terras devolutas e criou os Distritos Florestais como demarcação de regiões prioritárias para a atividade de reflorestamento. Assim, observou-se a chegada de empresas de grande porte, nacionais e internacionais, que exploravam a madeira nativa das chapadas para substituí-la pelo eucalipto (CALIXTO *et al.*, 2013; MOURA, 2019). Segundo Calixto (2006), a chegada das empresas florestais na região foi vista com entusiasmo e desconfiança pela população. Tinha-se a esperança da geração de empregos e riqueza na região por meio da consolidação de uma nova dinâmica econômica que seria capaz de reduzir a migração e a escassez de bens que ali se tinha. Muitos lavradores deixaram suas terras para trabalharem na nova atividade, e atravessadores - em geral da elite regional - aproveitaram da informação da chegada das empresas e intermediaram relações de compra e venda, cientes da valorização que a terra adquiriria com a chegada da nova atividade.

5.3.2 Apropriação, transformações e conflitos: os impactos gerados nos ativos e nas estratégias de meios de vida das famílias rurais com o processo de modernização

A chegada das políticas de modernização do campo em quase nada desenvolveu a região do Vale do Jequitinhonha, pelo contrário, gerou ainda mais contradições na sociedade que ali vivia. Isso, pois, enquanto as ações da Codevale favoreceram a oligarquia regional composta por grandes fazendeiros locais e as ações do Governo de Minas favoreceram a chegada e as atividades de grandes empresas (LEITE, 2010), Ribeiro (1997, p.239) aponta que “a verdadeira revolução operada no campo no Nordeste de Minas não foi técnica nem produtiva: foi fundiária”. Tal fato configurou as grandes mudanças observadas nos recursos e nas estratégias de meios de vida das famílias rurais na segunda metade do século XX.

Antes da revolução produtiva, a terra da região não apresentava um caráter mercantil compatível a uma quantia monetária, e quando comercializada era em relações baseadas nos “negócios de tranças”, o que raramente envolvia dinheiro, mas mantimentos, tropas, boiadas, outras terras, bens diversos, mas pouco dinheiro (RIBEIRO, 1997). Assim como o preço, a dimensão da terra era imprecisa, sem conhecimento concreto do tamanho da área pertencente a uma pessoa⁷. A posse da terra representava a forma histórica de ocupação, tendo, simultaneamente, a *terra do comum*, com um estatuto protegido pelas câmaras que garantiam a apropriação coletiva e uso comum de recursos (MOURA, 2019, p.32). Desse modo, a gestão da terra se dava de maneira compartilhada, - ainda que por diferentes hierarquias, costumes, normas de uso, acordos e explorações-, tendo no uso e no trabalho sua principal função (RIBEIRO, 1997). Contudo, as mudanças fundiárias geradas pela modernização conservadora fizeram com que as terras se

⁷ A área da terra geralmente era medida “no tamanho da carreira de uma égua”, e a flexibilidade de tamanhos e limites variavam se a informação seria para o pagamento de impostos (área menor) ou para casos de disputas extremas (área maior) (RIBEIRO, 1997)

tornassem passíveis de aquisição pela mediação mercantil da compra e venda, fazendo com que a privatização se tornasse a “antitética da posse, instituto provisório a ser transformado em propriedade” (MOURA, 2019, p.32).

Grandes proprietários e indivíduos poderosos no meio político aproveitaram da falta de informação e conhecimento jurídico que vigorava pela grande parte da população rural da região e avançaram sobre “extensas áreas livres”, exercendo uma dominação pelo documento escrito e pela violência (MOURA, 2019, p.32). O conflito social com os camponeses residentes da região, usuários das áreas comuns e da terra para o plantio, teve como instrumento a violência simbólica, material e física, acompanhado pelo estatuto jurídico, sendo o campo de conflito os litígios costumeiros e as ações judiciais. O resultado desses conflitos, na maioria das vezes, foi a perda das condições de produção, moradia e trabalho daqueles que utilizavam a terra (MOURA, 2019). Nesse sentido, o que chegou na região sob o discurso do progresso e da modernização atuou em favor da apropriação e concentração de terras e renda, tendo como reflexo o aumento das desigualdades e a supressão dos modos e meios de vida ali constituídos.

No Alto Jequitinhonha, a chegada das empresas de reflorestamento representou a expansão da produção capitalista sobre costumes e regimentos de usos de áreas comuns, fazendo parte de uma lógica de expulsão e invasão por parte das empresas de reflorestamento. As áreas de chapada representavam um importante meio de reprodução, responsável pela oferta de frutas, lenha, plantas medicinais e criação solta de gado, sendo um importante complemento das subsistências das lavouras de mantimentos nas grotas. Entretanto, nada disso foi levado em conta pelo Estado e pelas empresas. Grandes partes dessas áreas não tinham documentos legais de uso, o que facilitou a chegada das empresas em áreas até então devolutas e que passaram a ser cedidas em nome do Estado. A privatização de áreas comuns da região gerou um fenômeno da perda de condições de produção por parte da população camponesa (MOURA, 2019).

São essas empresas as principais responsáveis pela expropriação do campesinato que mora nas grotas e que depende, de modo vital, da chapada para complementar sua reprodução econômica e social(...) A empresa florestal usa expedientes que vão desde a persuasão de que o posseiro não tem qualquer “direito” (documento cartorial) de permanecer ali, até a coação de novas regras para as relações de trabalho e uso da terra (MOURA, 2019, p.23-27)

Por outro lado, as empresas, que se esbarravam em terras com documentos, coagiam os lavradores à venda com o argumento de que aquilo traria riqueza para região e era um projeto apoiado pelo governo, correndo assim o risco de os lavradores perdê-las. Os lavradores que resistiam viam suas terras sendo cercadas pelas ações da empresa, sendo forçados à venda por um valor que nem sequer sabiam se correspondia aos valores de mercado (CALIXTO, 2006). Como mostra Calixto *et al.*, (2013), de 1970 a 1995, a utilização de terras para o plantio de eucaliptos na microrregião de Capelinha saltou de 222 para 158.124 hectares. Paralelo a isso, a concentração fundiária também aumentou, saltando de um Índice de Gini de 0,301 em 1970 para 0,764 em 1995.

No Baixo Jequitinhonha, as transformações do período estiveram quase todas relacionadas com o uso e valor da terra. Assim como nas áreas de reflorestamento, as pequenas posses e sítios e as permissões para plantar, dadas aos agregados, fizeram parte de uma mesma lógica de expulsão e invasão, nesse caso por parte de fazendeiros. Diferente do observado nas regiões exportadoras do país, a Lei de Terras só adquiriu relevância nos territórios do Jequitinhonha quando a terra foi incorporada nos mercados nacionais, adquirindo um novo valor enquanto mercadoria. Essa nova configuração se relaciona com as novas interações que a industrialização criou entre o campo e a cidade, entre as atividades rurais e urbanas, fazendo da terra um ativo financeiro sujeito a mercados especulativos. A fertilidade das terras em áreas da região fez com que o preço da terra aumentasse, tornando os detentores proprietários de um bem cada vez mais

valioso. A intensificação do plantio de pastos, a exclusividade da atividade pecuária e a especulação imobiliária passaram a ser as formas de explorar o preço por trás das terras da região (RIBEIRO, 1997; MOURA, 2019).

O aumento dos preços fez com que mudassem os estatutos de domínio de terras da região, sendo isso motivo de transformações radicais nas relações sociais do campo, suprimindo o antigo costume de dividir terras com um agregado. A terra, que antes não se tinha nenhum costume de titulação, passou a ser correntemente titulada, registrada e legitimada (RIBEIRO, 1997). Isso representa as características forças de expansão e de apropriação alicerçadas à produção capitalista, que fez desaparecer “o espaço social e econômico destinado à reprodução física e social do agregado e de sua família” (MOURA, 2019, p.28).

Em uma pesquisa etnográfica feita na região entre os períodos de 1980 e 1988, Moura (2019) constata que o processo de desagregação, acompanhado da privatização e mercantilização das terras da região, se deu pela expansão dos contratos de domínio da terra. As relações sociais entre agregado e fazendeiro, que antes eram marcadas pela amizade, compadrio e compromisso, são conduzidas para o campo do favor e do contrato, tirando o poder jurídico e político dos agregados sob a posse da terra, tornando as relações de uso da terra questões de contrato e permissão (MOURA, 2019).

Empurrar essas relações sociais para o território do favor e contrato de trabalho equivale à descaracterização da terra como reivindicação jurídica e política de agregados, posseiros e sítiantes (...) a iniciativa da fazenda em formação através de atos políticos, que buscam o *dominium* de determinada área, transforma, num passe de mágica, pequenos posseiros em invasores de terra, quando na realidade se trata de invadidos nas terras em que moravam e que roçava (MOURA, 2019, p.33).

O pensamento de Polanyi (2012) permite compreender como esse processo representa uma falácia economicista do desenvolvimento que, além de distorcer o sentido substantivo do termo econômico, cria um sistema de valores que desconsidera a terra como estrutura orgânica da sociedade. Esse processo apresenta uma relação direta com a destituição dos meios de vida, uma vez que ao mercantilizar a terra cria-se uma sociedade sob domínio exclusivo dos incentivos da fome e do ganho – do medo de não atender às necessidades vitais e da expectativa de alcançar lucros a partir da comercialização de um bem básico e vital para qualquer reprodução humana (POLANYI, 2012).

Junto aos conflitos gerados pelas novas normas de uso e apropriação da terra, fatores naturais também influenciaram no fim do regime de agregado. A liberdade de cultivo e mobilidade que o agregado antes tinha foi com o tempo se esgotando, chegando a situações em que as terras agricultáveis passaram a ser controlada pelos fazendeiros. As chamadas “homenagens” passaram a fazer parte da relação, representando a necessidade de pagamento em dinheiro por parte do agregado para utilização da terra do fazendeiro. A abundância de alimentos foi sumindo, fazendo com que os lavradores se sujeitassem “ao mando e às condições da fazenda, às doenças vindas do desmatamento e à quase absoluta ausência de outros bens e direitos” (RIBEIRO, 1997, p.242).

Percebe-se que um grande impacto da modernização do campo se dá na qualidade e na disponibilidade dos recursos naturais existentes na região e vitais para a população camponesa. As políticas de modernização mudaram completamente a dinâmica que existia em torno da preservação e da utilização dos recursos naturais da região. Como consequência da privatização de chapadas, além da diminuição de áreas comuns por meio da apropriação e privatização das terras, os conflitos pela água passaram a fazer parte do dia a dia das comunidades rurais da região, tais como a construção de barragens, privatização de fontes, definição de cotas de captação, consumo excessivo por irrigantes e delimitação de áreas de conservação para o consumo urbano (RIBEIRO *et al.*, 2013b). Assim como acontece com a terra, a grande questão por trás do conflito da água em áreas

rurais é sua apropriação como bem econômico e não mais como recurso natural, mediada por relações mercantis e normas legais, o que desconsidera a cultura de domínio da água. Segundo Ribeiro *et al.* (2013b), emerge uma perspectiva de privatização das fontes de água em um novo ramo de negócios nomeado como *aguabusiness*. Além disso, a coloração turva da água do Jequitinhonha decorrente das dragas instaladas nas nascentes, o esgotamento de caças e as recorrentes falta de chuva, também, impactaram na vida do camponês da região. Assim, as condições de vida e produção na terra, durante as décadas de 1960 a 1980, ficaram cada vez piores (RIBEIRO, 1997).

Nessa situação, a partir dos anos 1970, o regime de agrego foi desaparecendo por formas e períodos distintos, sendo conduzido de acordo com a fertilidade e valor de mercado da terra. Enquanto no Alto Jequitinhonha a presença de poucas áreas de negócio condicionou um processo mais duradouro e demorado, com vestígios até o final do século XX, no Baixo Jequitinhonha o desagrego, apesar de resistir, se deu de maneira mais intensa. Desse modo, com o esgotamento das terras livres e agricultáveis e, posteriormente, com a decadência do regime de agrego, as possibilidades de reprodução camponesa a partir da lavoura foram suprimidas. As consequências de uma lógica de desenvolvimento, que transformou a estrutura fundiária e as relações sociais, são as fortes mudanças nas estratégias de meios de vida da população camponesa do Vale do Jequitinhonha.

Segundo Ribeiro (1997), a lógica mais esclarecedora para entender a reprodução camponesa da região é a sequência fronteira-migração. Os impactos decorrentes desse fenômeno podem ser observados na pesquisa do final dos anos de 1990, que constatou que o período das políticas de modernização, a partir dos anos de 1970, é lembrado pelos camponeses da região como o momento de maior relação com a construção civil de São Paulo, que garantia salário, condição de realizar poupanças e até comprar pedaços de terra.

Marcada por diferentes tipos e características, o fenômeno da migração envolve diversas questões, como a composição demográfica da família, a posição do indivíduo no grupo familiar, a idade, a disponibilidade de terras para cultivo, criação e coleta, assim como a sazonalidade da produção agrícola. Certo é que independente da natureza e motivos da migração, sua existência representa estratégias de meios de vida do campesinato, sendo na maioria das vezes rentável e gerador de patrimônio para as famílias (WOORTMANN, 1990; SCOONES, 1998). A migração sazonal pode ser datada na região, no mínimo, desde a última década do século XIX. Já em meados do século XX, com a melhoria no sistema de transportes e o esgotamento das fronteiras agrícolas, a migração sazonal para centros urbanos também se tornou uma das formas do pai ou dos filhos complementar e garantir renda para o sustento da casa em períodos de entressafra, além de aumentar o patrimônio da família com a compra de gado, terras e comercialização de produtos levados dos grandes centros (GRAZIANO *et al.*, 1983; WOORTMANN, 1990). Como visto, o emprego urbano na construção civil de São Paulo foi o principal endereço dos migrantes, representando também uma continuidade do trabalho nas fronteiras agrícolas, uma vez que nessas eles “conheciam o dinheiro vivo, novos sistemas e produtos, mas, sobretudo, aprenderam a conhecer as estradas e perder o medo das grandes distâncias, e ganharam confiança nas redes pessoais de relações” (RIBEIRO *et al.*, 2004, p.250).

No entanto, com o esgotamento das terras livres no Brasil e dos regimes agrários da região, a migração definitiva da população rural para as cidades e grandes centros se acentuou, representando o maior fluxo de indivíduos da “roça” para as grandes cidades. Para grande maioria daqueles que não detinham posse da terra, o fenômeno da migração em massa para as grandes cidades representou um momento de transição do regime de agrego para o regime de trabalho assalariado, o que marca a mudança de uma reprodução da vida garantida por um portfólio diversificado de meios de vida, para uma reprodução

garantida pela limitada venda da força de trabalho no mercado. É um processo que marca, como apresenta Silva (1980) e Martins (2010), a transição de um regime com base no trabalho escravo ou na parceria para um regime de trabalho considerado livre, o que acompanha a escravização da terra, característica que ela recebe ao se tornar mercadoria. O trabalho se torna livre e assalariado na medida em que a terra se torna propriedade privada, adquire valor e é “escravizada” por tal.

No Baixo Jequitinhonha, a mercantilização das terras, a crise ambiental e o aumento do domínio do fazendeiro na relação de agrego, junto às novas ambições geradas pela indústria e pela vida na cidade, fizeram com que a migração para áreas rurais do Sudeste e grandes centros urbanos se tornasse um fenômeno recorrente na região. No Alto Jequitinhonha, com o esgotamento de terras agricultáveis, os jovens que não tinham parte na pequena herança partiam em definitivo para o trabalho nas grandes cidades, com pouca perspectiva para voltar para a região. Assim, diante de uma realidade pouco urbanizada, sem indústria e com baixos salários, os jovens, que antes viviam em um regime limitado pela posse da terra e cercados pela escassez de bens, apesar da abundância de alimentos, passaram a encontrar na expansão da construção civil em cidades grandes a oportunidade de receberem um salário alto em relação aos níveis ofertados no Jequitinhonha. Nos anos 1970, as migrações do Vale do Jequitinhonha foram as maiores do estado de Minas Gerais, marcadas por uma população rural que via a disponibilidade de terras cada vez mais suprimidas e enxergava no trabalho urbano possibilidades para melhores condições de vida (RIBEIRO, 1997; RIBEIRO *et al.*, 2004).

Considerações finais

A análise histórica do Vale do Jequitinhonha, no século XX, a partir dos meios de vida das famílias rurais, permite observar que as mudanças na sociedade rural se dão a um crescimento - desigual e submetido às condições complexas - das forças produtivas, exacerbando a existência de conflitos gigantescos e duráveis. Como descreve Lefebvre (1981), a perspectiva historiográfica permite compreender que a expansão dessas forças no espaço rural não se dá de maneira harmoniosa e livre para a geração de desenvolvimento, como indica algumas ações, mas de maneira conflituosa, retirando todos os obstáculos que impedem sua reprodução, dentre eles, os atores de um espaço historicamente construído.

Percebe-se que as obsessões do desenvolvimento via modernização do campo em pouco favoreceram a população regional. Como as políticas de crédito e subsídio se concentraram em grupos mais abastados - fazendeiros e empresas -, os ganhos da produtividade não alcançaram a população camponesa. Junto ao estimado progresso do Jequitinhonha, as políticas de desenvolvimento representaram um avanço das relações capitalistas e a transformação de relações sociais historicamente construídas, a limitação dos vínculos humanos com a natureza, e a consolidação de uma sociedade desigual. Pelos estudos, constatou-se que a estagnação no Jequitinhonha se tornou ao mesmo tempo agrária e agrícola, com problemas relacionados com a divisão da terra e a limitação da reprodução material da população rural, e relacionados com as condições de produção, manejo dos recursos naturais e articulação com a economia local e nacional (RIBEIRO *et al.*, 2013c).

Como marca desse processo é possível resgatar o pensamento de Furtado (1990), que menciona que o processo de modernização veiculado como superação do subdesenvolvimento teve como consequência o agravamento da concentração de renda e riqueza já existente no país. Na mesma linha, a massificação da pobreza decorre da má distribuição de ativos no início do processo de crescimento da produtividade, no início da industrialização e modernização da estrutura produtiva do país. Como revela Furtado (1992), a concentração da propriedade da terra faz com que o aumento da produtividade

acarrete necessariamente em uma crescente dicotomia social, por gerar uma maioria de despossuídos que não estarão habilitados a participar dos benefícios do crescimento.

Com base nisso, observa-se que a perspectiva de planejamento e desenvolvimento do campo que se instaura não apenas na região, mas também em todo Brasil, durante a segunda metade do século XX, refletiu uma contradição que, ao mesmo tempo em que diagnosticava a região como pobre e com poucos recursos, alimentava ainda mais um círculo vicioso de desigualdade, de concentração de renda e de terra, oprimindo, gradativamente, as capacidades de reprodução das camadas populares que viviam no campo. Comparações inter-regionais, com base em aspectos econômicos relacionados à modernidade e ao progresso, ignoraram todas as especificidades construídas na região e encobriram o potencial desenvolvimento já existente no ambiente, nos costumes e no capital social formado

Portanto, no Vale do Jequitinhonha, as políticas públicas que prometiam o desenvolvimento regional resultaram no exacerbamento de contradições sistêmicas, como a concentração fundiária, a deterioração ambiental e a consequente supressão dos meios de vida das famílias camponesas. É um fenômeno que decorre das “principalidades econômicas” dessas políticas (RIBEIRO, 1997), fundamentadas sempre na relação entre escassez e excesso de recursos econômicos em cada localidade, e que prioriza o desenvolvimento econômico a partir do aumento da produtividade. Por outro lado, pesquisadoras da região (GALIZONI, 2005; MELO *et al.*, 2008; CRUZ, 2019; RIBEIRO, 2019) têm demonstrado que as famílias rurais do Vale do Jequitinhonha têm se consolidado em um potencial trajetória de desenvolvimento que abre espaço para análises com abordagens que fogem do paradigma e dos fundamentos prescritos pelo pensamento hegemônico da teoria econômica. Somado ao fortalecimento dos movimentos populares locais - que segundo Furtado (1992) sempre vai existir quando os ganhos da produtividade forem concentrados - , percebe-se um agir político mais voltado para a construção de políticas públicas promotoras dos meios de vida das famílias rurais da região, em parte do século XXI, seja pelas políticas de transferência de renda, como Bolsa Família e aposentadoria rural, pelas políticas de compras institucionais de alimentos ou pelas propostas de desenvolvimento territorial. Apesar desses ganhos, nos anos recentes, muitos desses avanços foram anulados, o que indica que o contexto de conflitos e lutas pelo acesso a esses meios ainda fazem parte do cotidiano do território.

Desse modo, a formação histórica no território do Vale do Jequitinhonha aponta para a existência de meios de vida em um contexto social particular e heterogêneo, que tem suas dinâmicas a causa de processos presentes, mas, também, possibilidades para trajetórias futuras. Orientado pelos estudos da região, é possível pensar no planejamento de políticas regionais que se atentam para a dimensão substantiva das economias dos territórios, voltando-se para um modelo de desenvolvimento que expanda e diversifique os meios de vida, promovendo, assim, um processo inclusivo e sustentável.

Referências

BRANDÃO, C.A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** - 2^a.ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CALIXTO, J.S. **Reflorestamento, terra e trabalho:** Análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFLA, Lavras, 2006.

CALIXTO, J.S; RIBEIRO, E.M; GALIZONI, F.M; MACEDO, R.G. Eucaliptais: Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no Alto Jequitinhonha. In RIBEIRO, E.M (org). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. P. 91-108.

CANDIDO, A.C. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora USP, 2017.

CASTRO, B.S.; Nós no Engenho. In: RIBEIRO, E.M (org.). **Do engenho à mesa: cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. P.17-25.

CORAGGIO, J. C. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 91-133.

CORAGGIO, J. L. Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. Dossiê: teoria urbana e cidade neoliberal na América Latina. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 31, jun. 2014.

CRUZ, M.S. **Do campo para a cidade: Estudo sobre feiras livres, abastecimento urbano e comercialização da agricultura familiar no Alto Jequitinhonha**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) - UFMG/Unimontes, Montes Claros, 2019.

CUNHA, A; SIMÕES, R; PAULA, J.A. de. História Econômica e Regionalização: Contribuição a um desafio teórico-metodológico. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 493-524, jul-set 2008

FURTADO, C. O Subdesenvolvimento Revisitado. **Economia e Sociedade**, n.1, agosto de 1992.

GALIZONI, F.M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2005.

GRAZIANO, E.; GRAZIANO NETO, F. As Condições da Reprodução Camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Perspectivas**, São Paulo, 6, p. 85-100, 1983.

LEFEBVRE, H. Problemas de Sociologia Rural In: MARTINS, J. de S. (orgs.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981. P.144-162.

LEITE, A.C.G. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

MELO, A. P. G.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Notas sobre projetos de geração de renda e experiências econômicas coletivas em comunidades e assentamentos rurais de Minas Gerais. **Revista Agriculturas**, v. 5, p. 9-14, 2008.

MARTINS, J.de S. **O cativo da terra**. 9.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MOURA, M.M. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais (1983). 2ª edição. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

POLANY, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

REIS, J. Uma epistemologia do território. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.13, n.1., 2005

RIBEIRO, E.M. **As estradas da vida:** história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha. 1997. Tese (Doutorado em História) - IFCH/Unicamp, Campinas, 1997.

RIBEIRO, E.M; GALIZONI, F.M; ASSIS, T.P. Os caminhos de São Paulo: migrações e trabalho urbano de agricultores mineiros. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.21, n.2, p.241-258, jul/dez. 2004.

RIBEIRO, E.M; GALIZONI, F.M. Jequitinhonha: Terra, lavoura e migração no Alto Jequitinhonha. In RIBEIRO, E.M (org). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013a. P. 25-44.

_____. Água e população rural no Vale do Jequitinhonha. In: RIBEIRO, E.M (org). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013b. P. 45-66

RIBEIRO, E.M; GALIZONI, F.M; CALIXTO, J.S; ASSIS, T.P; AYRES, E.B; SILVESTRE, L.H. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. In: RIBEIRO, E.M (org). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013c. P. 67-90.

RIBEIRO, E.M (org.). **Do engenho à mesa:** cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

SCOONES, I. Sustainable Rural Livelihoods: A Framework for Analysis. **IDS Working Paper 72**, 1998.

SEN, A.K. **Sobre ética e economia.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

SHIKI, S. **Globalização do domínio dos cerrados:** sustentabilidade do sistema agroalimentar sob regulação privada. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Democrático e Sustentável: FASE, 2000.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SOUZA, J.V; HENRIQUES, M.S (orgs). **Vale do Jequitinhonha:** Formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos da População**, jan/jun, 1990.